



Voluntário

**LIBERDADE RELIGIOSA, SELETIVIDADE PENAL E ESPECISMO: REFLEXÕES
ACERCA DA APLICAÇÃO DESIGUAL DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO
ANIMAL E O RISCO DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DO RACISMO
PPRA**

Autores: Gabriela dos Santos Miranda, Alexandre Cortez Fernandes (Orientador), Bruno Silveira Rigon

INTRODUÇÃO / OBJETIVO

O trabalho propõe-se a analisar criticamente a aplicação da lei penal em relação aos animais não humanos, com foco nas disparidades de tratamento entre animais domésticos e de produção. A observância dessa diferenciação de tratamento entre espécies permite investigar a relação entre a seletividade penal e a potencial promoção do racismo religioso, particularmente no que se refere às iniciativas populares e governamentais de proteção animal que tangenciam a sacralização em religiões de matriz africana.

Através dessa ótica, busca-se entender a legitimidade da promoção da proteção animal quando vinculada à sacralização, bem como os limites até a configuração da intolerância religiosa.

Questiona-se por que a vida de animais de produção parece adquirir relevância jurídica apenas quando inserida no contexto de rituais de religiões de matriz africana.

Pretende-se avaliar até que ponto alguns movimentos de proteção animal consistem em meros subterfúgios para a normalização de atos de intolerância, e porque certas espécies animais parecem ter seu valor reconhecido apenas quando associadas à indivíduos negros.

Em última análise, o objetivo é estabelecer uma conexão entre os efeitos do especismo, da seletividade penal e a instrumentalização do racismo.

RESULTADOS OU RESULTADOS ESPERADOS

A pesquisa efetuada revelou, a título de resultado parcial e sujeito a aprofundamento, a possibilidade de identificar a presença de racismo religioso em certas iniciativas de proteção animal. Essa inferência decorre da análise da seletividade na aplicação da legislação penal e do especismo entre animais não humanos.

Observando a hierarquia existente entre as espécies animais, torna-se compreensível como as manifestações do racismo religioso podem se exteriorizar através de movimentos pretensamente voltados à promoção do bem-estar animal.

Consequentemente, a proteção e o benefício de espécies prejudicadas pela desigualdade de tratamento ficam comprometidas, e essa situação acaba obscurecida por outro delito. Da mesma forma, a reafirmação do racismo religioso sob a roupagem de uma pauta legítima reforça estereótipos de preconceito racial estrutural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido às limitações temporais, a presente pesquisa não alcançou sua fase de resultados conclusivos. As considerações finais, portanto, serão elaboradas e apresentadas oportunamente, à medida que o desenvolvimento do estudo for concluído.

MATERIAL E MÉTODOS

Como método de análise utilizou-se o analítico dedutivo, tendo como base a pesquisa bibliográfica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FRARE A. R. F [et al.]. Direito Penal dos Animais Não Humanos: reflexões hispano-brasileiras. 1. ed - São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2023.
- BUDÓ. N. M. [et al.]. Introdução à Criminologia Verde: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul. 1. ed - São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022.
- COSTA. R. C. T. Abate de Animais Não-Humanos em Rituais Religiosos: Liberdade religiosa versus direitos dos animais. 1. ed – Porto Alegre: Editora Fi, 2019.